

Extrato da instauração do Procedimento Preparatório nº 001228-116/2013– MP/1ªPJ/DPP/MA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA NO EXERCÍCIO DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO, torna pública a instauração do **Procedimento Preparatório nº 001228-116/2013**, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 074/2018

Data da Instauração: 28/02/2018

Objeto: Apurar possíveis irregularidades no manejo do pregão eletrônico nº 088/2013, da SESP. Nos termos da representação inaugural dos autos, no que consiste que o representante da empresa PH MULTISERVICE LTDA – ME afirma que a empresa foi desabilitada do certame por motivos injustificados, tendo-lhe sido negado o direito de acompanhar o processo, que contraria o edital de abertura da licitação.

Promotor de Justiça: DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO

Promotoria de Justiça: 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Protocolo: 290441

Extrato da instauração do Procedimento Preparatório nº 000338-151/2016– MP/1ªPJ/DPP/MA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA NO EXERCÍCIO DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO, torna pública a instauração do **Procedimento Preparatório nº 000338-151/2016**, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 078/2018

Data da Instauração: 28/02/2018

Objeto: Apurar possíveis irregularidades na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) em razão da ausência de informações solicitadas pela requerente, que seriam indispensáveis à defesa nos autos do Processo Judicial nº 0059674-29.2011.8.14.0301.

Promotor de Justiça: DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO

Promotoria de Justiça: 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Protocolo: 290445

Extrato do Procedimento Preparatório nº 000281-151/2017-MP/PJ/DPP/MA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DO 2º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. ANTÔNIO LOPES MAURÍRIO, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO em CIVIL nº 000281-151/2017, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 001/2018

Data da Instauração: 31/01/2018

Objeto: apurar denúncia anônima sobre a possível prática de ato de improbidade administrativa perpetrada pela Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM), eis que estaria havendo desvio de dinheiro público oriundo das prefeituras associadas para pagamento de funcionários fantasmas e a falta de pagamento de 13º salário dos funcionários da associação, iniciada a partir do recebimento do Ofício nº 6842/2017 – GABPR1, do Ministério Público Federal, que encaminhou a este MPE/PA.

Interessado: a coletividade.

Investigado: Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó – AMAM.

Promotoria de Justiça: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Promotora de Justiça: Dr. ANTÔNIO LOPES MAURÍRIO.

Protocolo: 290449

RESUMO DA PORTARIA Nº 26/2018/13ª PJ Cível de Marabá

A 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá/PA.

PORTARIA Nº 26/2018/13ª PJ Cível de Marabá

NOTÍCIA DE FATO: 000550-940/2017

Instauração de Procedimento Administrativo para apurar situação de vulnerabilidade da idosa Roberta Oliveiras Cruz, de 83 (oitenta e três) anos de idade.

Marabá/PA, 15 de janeiro de 2018.

CRISTINE MAGELLA SILVA CORREA

Promotora de Justiça – 13ª PJ de Marabá

Protocolo: 290419

RESUMO DA PORTARIA Nº 40/2017/13ª PJ Cível de Marabá

A 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá/PA.

PORTARIA Nº 40/2017/13ª PJ Cível de Marabá

NOTÍCIA DE FATO: 001576-920/2017

Instauração de Procedimento Administrativo para garantia do direito à saúde do Sr. Ronaldo Echeverria Andrade, de 66 (sessenta e seis) anos de idade.

Marabá/PA, 13 de dezembro de 2017.

LÍLIAN VIANA FREIRE

Promotora de Justiça – 13ª PJ de Marabá

Protocolo: 290424

RESUMO DA PORTARIA Nº 56/2017/13ª PJ Cível de Marabá

A 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá/PA.

PORTARIA Nº 56/2017/13ª PJ Cível de Marabá

NOTÍCIA DE FATO: 000347-940/2016

Instauração de Procedimento Administrativo para apurar situação de vulnerabilidade da idosa Maria José Vicente de Oliveira, de 71 (setenta e um) anos de idade.

Marabá/PA, 14 de dezembro de 2017.

LÍLIAN VIANA FREIRE

Promotora de Justiça – 13ª PJ de Marabá

Protocolo: 290428

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM

RESUMO DA PORTARIA Nº 016/2018-MP/2ªPJ/MA/PC/HU

O 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURA, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, Dr. NILTON GURJÃO DAS CHAGAS, torna pública a **conversão** da Notícia de Fato nº 000603-125/2017-MP/2ªPJ/MA/PC/HU em Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Preparatório nº 000603-125/2017-MP/2ªPJ/MA/PC/HU

Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e art. 8º, §1º e §2º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Investigado: José Maria da Silva Teixeira

Objeto de Investigação: Inserção de informações falsas no Sistema SISFLORA.

Belém, 05 de março de 2018.

NILTON GURJÃO DAS CHAGAS

2º Promotor de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém.

Protocolo: 290642

Extrato da Portaria nº 005/2018-MP/11ªPJ/STM

A 11ª Promotora de Justiça de Santarém, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no art. 4º, VI da Res. 23-CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 000117-340/2017, que se encontra à disposição no 11º Cargo de Promotor de Justiça de Santarém, situado na Av. Mendonça Furtado, nº 3991, Bairro: Liberdade, CEP. 68.040-148, Fone 3512-0400, Santarém/Pa.

Portaria nº 005/2018-MP/11ªPJ/STM

Interessado: CIRILO RODRIGUES DE MIRANDA FILHO.

Assunto: Adotar a medidas cabíveis para a remoção da construção irregular localizada na Travessa Antônio Justa, nº 953, Bairro Caranazal, Santarém/PA, a fim de garantir a tutela aos direitos e interesses das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, no que concerne à acessibilidade, nos termos da NBR 9050:2015.

LARISSA BRASIL BRANDÃO – 11ª Promotora de Justiça de Santarém

Protocolo: 290650

RESUMO DA PORTARIA Nº 22/2018/13ª PJ Cível de Marabá

A 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá/PA.

PORTARIA Nº 22/2018/13ª PJ Cível de Marabá

NOTÍCIA DE FATO: 000924-920/2017

Instauração de Procedimento Administrativo para apurar situação de vulnerabilidade dos Senhores Antonio de Pádua Freitas Ferreira e José Sarney Freitas Ferreira, pessoas com deficiência.

Marabá/PA, 15 de janeiro de 2018.

CRISTINE MAGELLA SILVA CORREA

Promotora de Justiça – 13ª PJ de Marabá

Protocolo: 290415

PORTARIA N.º 1297/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E :

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias de membro do Ministério Público do Estado do Pará, e ainda, autorizar o gozo dos dias restantes, conforme quadro:

NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO	INTERVALO	A CONTAR DE	DIAS RESTANTES	GOZO
BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES	2015/2016	2º	19/06 a 09/07/2017	28/06/2017	12	10 a 21/07/2017
PAULO SERGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR	2015/2016	2º	17/04 a 16/05/2017	12/05/2017	5	31/05 a 04/06/2017

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 28 de fevereiro de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça, para a Área Jurídico-Institucional

PORTARIA Nº 1461/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E :

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias de membros do Ministério Público do Estado do Pará, conforme quadro: